



SENADO FEDERAL

CONTRATO Nº 20190085

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e do outro, a empresa **MAXVIDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** para a **prestação de serviços especializados de monitoração, manutenção preventiva, manutenção corretiva, suporte técnico à operação e fornecimento de peças para os equipamentos e sistemas *broadcast* da TV do Senado Federal, com a disponibilização de mão de obra qualificada, durante 30 (trinta) meses consecutivos.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e a empresa **MAXVIDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS**, com sede na Rua Adelino Cardana, 293 – 10º andar, conj. 1012, Centro – Barueri, São Paulo – SP, CEP: 06.401-147, telefone nº (11) 4326 - 4025, CNPJ-MF nº 03.517.258/0001-58, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. SANDRO APARECIDO VIRGOLINO, CI. 18.843.193-7, expedida pela SSP/SP, CPF nº. 091.354.158-35, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 94/2019**, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº 00100.167703/2019-15 do Processo nº 00200.006124/2018-80, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº 00100.163193/2019-07, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços especializados de monitoração, manutenção preventiva, manutenção corretiva, suporte técnico à operação e fornecimento de peças para os equipamentos e sistemas *broadcast* da TV do Senado Federal, com a disponibilização de mão de obra qualificada, durante 30 (trinta) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos, que são partes integrantes deste contrato.



**SENADO FEDERAL****CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

II - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;

III - efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;

IV - manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;

V - manter seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes uniformes e calçados, de acordo com a respectiva categoria profissional, conforme especificações estabelecidas no Anexo 6, no número mínimo indicado no referido anexo ao iniciar o contrato, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;

VI - fornecer aos profissionais equipamentos de proteção individual, conforme legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em relação à data de início da prestação do serviço, devendo substituí-los imediatamente sempre que necessário;

a) Deverão ser disponibilizados os equipamentos de proteção individual nas quantidades definidas no Anexo 11 do edital, sem prejuízo dos demais constantes das normas regulamentadoras.

VII - disponibilizar e manter durante a vigência contratual, as ferramentas nas quantidades definidas no Anexo 13 do edital, na data de início do serviço;

a) Ao final do contrato, a CONTRATADA deverá retirar as ferramentas das dependências do SENADO.

VIII - disponibilizar, sob demanda, os materiais definidos no Anexo 12 do edital, respeitando a quantidade máxima para 30 (trinta) meses estabelecida para cada item, no prazo de até 3 (três) dias úteis em relação à data de solicitação;

IX - fornecer peças, placas e *firmwares* para conserto dos equipamentos a fim de permitir a plena realização dos serviços de manutenção objeto deste contrato, nos termos constantes da Cláusula Quinta deste contrato;





SENADO FEDERAL

X - disponibilizar a cada profissional (Itens 1 e 2) um aparelho celular do tipo *smartphone* capaz de efetuar e receber ligações telefônicas locais ilimitadamente, enviar e receber mensagens de texto, imagens e vídeos por meio de aplicativo semelhante ao *Whats App* e registrar fotos e vídeos;

a) Todos os custos relacionados ao aparelho celular serão por conta da CONTRATADA, inclusive o plano de dados e ligações.

b) A operadora de telefonia deve apresentar cobertura no Complexo do SENADO.

c) O aparelho celular deverá ser utilizado como meio de contato entre o fiscal do contrato e o profissional da CONTRATADA para assuntos relativos ao serviço contratado, inclusive para comunicação da necessidade da prestação de serviços durante o período de sobreaviso.

d) Os aparelhos celulares deverão ser fornecidos diretamente aos profissionais em até 10 (dez) dias úteis, a contar do início da prestação dos serviços, conforme o quantitativo previsto no Anexo 3 do edital.

e) A lista com os números para contato telefônico com cada profissional deve ser enviada por e-mail para o gestor e o fiscal do contrato no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o início da prestação do serviço.

XI - fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:

a) relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, formação e experiência profissional, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e

b) documentos necessários à expedição de crachá pela Polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no Senado Federal;

XII - comunicar ao gestor do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as no Livro de Ocorrências, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos;

XIII - substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:

a) falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, a contar da comunicação da ausência;

b) gozo de férias e licenças (superiores a um dia, de modo que a ausência de profissional não seja superior a esse período);



**SENADO FEDERAL**

- c)** solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;
- d)** automaticamente, após 03 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;
- e)** quando não possuir a qualificação mínima exigida; e
- f)** sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

XIV - efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos) por dia trabalhado, conforme fixado por decisão da Comissão Diretora na 14ª Reunião de 2011, de 20/12/2011, ou o valor estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XV - fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XVI - efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

XVII - efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/43;

a) A realização de serviços extraordinários deverá ser solicitada e justificada pelo gestor do contrato e será acrescida ao valor global mensal a ser pago pelo SENADO, cabendo à CONTRATADA proceder ao devido pagamento a seus empregados na forma da lei.

b) As folgas em razão de utilização de banco de horas deverão ocorrer, preferencialmente, aos sábados e, após, às sextas-feiras e deverão ser submetidas à aprovação do fiscal do contrato.

c) A hora de sobreaviso corresponderá a 1/3 (um terço) da hora normal e será computada para fins de banco de horas (uma hora de sobreaviso corresponderá a 20 (vinte) minutos de banco de horas).

d) A hora de sobreaviso efetivamente trabalhada, caso se dê fora de período noturno, corresponderá ao dobro da hora normal e será computada para fins de banco de horas (uma hora de sobreaviso corresponderá a duas horas de banco de hora).



**SENADO FEDERAL**

e) A hora de sobreaviso efetivamente trabalhada, caso se dê dentro de período noturno, corresponderá a duas vezes e meia a hora normal e será computada para fins de banco de horas (uma hora de sobreaviso corresponderá a duas horas e meia de banco de hora).

XVIII - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados;

a) Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado no item anterior, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional.

b) A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços.

c) A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato.

d) O sistema de registro de ponto deverá possibilitar, através de central de dados, a extração eletrônica do registro fiel das marcações realizadas pelos profissionais.

XIX - selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato;

XX - alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas (Anexo 4 do edital);

XXI - observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida;

XXII - manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado;

XXIII - manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO;

XIV - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios;

XXV - fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;



**SENADO FEDERAL**

XXVI - apresentar no primeiro mês da prestação dos serviços a seguinte documentação:

- a)** Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b)** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
- c)** Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

XXVII - entregar ao gestor do contrato até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

- a)** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b)** Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

XXVIII- entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:

- a)** Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;
- b)** Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;
- c)** Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d)** Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e)** Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

XXIX- entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

- a)** Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;



**SENADO FEDERAL**

- b)** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c)** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d)** Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

XXX- apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no inciso XXVI;

XXXI - entregar o modelo de autorização constante no Anexo 21 do edital assinado, por ocasião da assinatura do contrato;

XXXII - providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do SENADO;

XXXIII - viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, os meios necessários para:

- a) o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias e para o FGTS foram recolhidas;
- b) a obtenção do Cartão Cidadão pelos empregados junto à Caixa Econômica Federal;
- c) a obtenção de extratos individuais de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

XXXIV - responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT vinculada a proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria;

XXXV - observar as diretrizes de que trata o Ato do Primeiro-Secretário nº 8/2018, Anexo 24 do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

I – O disposto neste parágrafo deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte;





SENADO FEDERAL

II – Caso a proposta apresentada pela contratada apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a contratada, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à Secretaria da Receita Federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 94/2019.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o SENADO comunicará à Secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO SEXTO – Na situação prevista no parágrafo anterior deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

I – Não haverá solicitação de folguistas, pelo SENADO.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, isentando o SENADO de qualquer responsabilidade solidária.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - É vedada a contratação, por parte da CONTRATADA e para prestarem os serviços objeto do presente contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO, ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05, de 2011, e Decreto nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberá ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

I - exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;

II - comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do





SENADO FEDERAL

contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

III - permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;

IV - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;

V - efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

VI - exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

VII - fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;

VIII - fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, por meio dos trabalhadores alocados no SENADO, sob sua orientação, subordinação e supervisão direta, devendo o início da prestação dos serviços dar-se no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos** após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prestação dos serviços será realizada, em sua maioria, nas dependências da TV SENADO, conforme jornada de trabalho constante do Anexo 5 do edital.

I - Frequentemente, os serviços deverão ser prestados em outros pontos do SENADO, pois existem equipamentos da TV Senado espalhados pelas salas de comissões, plenário e salões do Senado. Além disso, links da emissora podem ser montados em qualquer local do SENADO de interesse da TV.





SENADO FEDERAL

II - Eventualmente, também serão necessários serviços em localidades externas, como, por exemplo, prédio do TSE e outros locais do DF onde sejam necessários serviços técnicos para transmissão de sinais ou para suporte técnico à operação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O suporte técnico à operação deverá ser prestado pela CONTRATADA, da seguinte forma:

I - Na oficina do SETETV, em horário agendado, quando solicitado por algum operador.

II - No local onde estiver ocorrendo a operação, no caso de os equipamentos não poderem ser levados à oficina do SETETV, ou em casos de urgência.

III - Quando absolutamente necessário, a CONTRATADA removerá o(s) equipamento(s) para conserto fora do SENADO, sem qualquer ônus adicional, mediante autorização escrita do gestor, devendo restituí-lo(s) ao local de uso, em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de retirada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As peças, os materiais, as ferramentas e os equipamentos de proteção individual deverão ser entregues no Serviço Técnico da TV Senado (SETETV), no subsolo do Anexo II do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - A prestação dos serviços fora do horário ordinário estabelecido no parágrafo primeiro deverá ser previamente solicitada ou autorizada pelo Gestor deste contrato, desde que devidamente justificada.

PARÁGRAFO QUINTO - A jornada de trabalho dos profissionais referidos no Anexo 5 do edital poderá ser alterada de acordo com as necessidades do serviço e por solicitação do gestor.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as normas gerais de manutenção atinentes à espécie e, ainda, ao fiel cumprimento dos manuais e normas técnicas dos fabricantes, ficando responsável por quaisquer prejuízos causados aos equipamentos por falta de manutenção adequada.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA prestará os serviços de manutenção nos equipamentos e sistemas da TV SENADO, mediante procedimentos idealizados pela mesma e aprovados pelo Serviço Técnico da TV Senado (SETETV), tendo por finalidade assegurar o perfeito funcionamento dos equipamentos.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA, para atendimentos dos serviços de manutenção objeto deste contrato, obriga-se a manter no complexo do SENADO equipe técnica, em caráter permanente, composta de profissionais qualificados em estrita consonância com o previsto no Anexo 4 do edital.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO NONO – A distribuição dos empregados obedecerá às indicações deste contrato e às orientações do gestor para adequação às demandas da TV SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA cumprirá orientação complementar do gestor deste contrato quanto a possíveis adequações da execução dos serviços e seus horários.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A manutenção preventiva deverá ser executada respeitando as ações, as periodicidades e os equipamentos e sistemas previstos no Anexo 23 do edital e as recomendações do fabricante do equipamento, com a anuência do SETETV.

I – O plano de manutenção poderá sofrer alterações para melhor atender a demandas da TV SENADO ou englobar novos equipamentos e sistemas adquiridos pela emissora.

II - Caso seja solicitada, a CONTRATADA deverá propor metodologia de manutenção ao SETETV, que avaliará e aprovará os procedimentos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Quando da ocorrência de uma chamada, relato de defeito ou de mau funcionamento de algum equipamento, a CONTRATADA deverá seguir o seguinte protocolo:

I – Inspeção operacional para constatação do defeito;

II – Abertura de Ordem de Serviço com registro da solicitação e do defeito constatado;

III – Caso possível, execução da manutenção sem a retirada do equipamento do local;

IV – Remoção do equipamento, se necessário e com anuência do fiscal, para o laboratório do SETETV e execução da manutenção;

a) Após anuência do fiscal, remoção do equipamento para oficina da CONTRATADA, caso não seja possível efetuar a manutenção no laboratório do SETETV.

V – Identificação das peças defeituosas necessárias à manutenção e encaminhamento ao SETETV para que este aprove e solicite ao gestor do contrato a emissão de ordem de serviço relativa ao fornecimento de peças de reposição;

VI – Registro dos eventos relevantes no processo de manutenção na Ordem de Serviço;

VII – Fechamento da Ordem de Serviço com o registro dos procedimentos executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Todos os serviços serão executados diretamente e sob a orientação e comando da CONTRATADA por intermédio do Supervisor Técnico ou preposto.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA fornecerá toda mão-de-obra, ferramentas e equipamentos de proteção individual necessários à execução dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Não implicará na redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA, a fiscalização pelo SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Ao fim de cada 30 (trinta) dias de serviço prestado, contados da data de assinatura do contrato, será emitido, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, um termo de recebimento mensal, referente ao serviço prestado.

I - O termo de recebimento mensal será acompanhado da avaliação da qualidade do serviço prestado, de acordo com o previsto na Cláusula Sexta deste contrato.

II - O termo de recebimento relativo ao fornecimento de peças será emitido no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da peça por parte do SENADO.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORNECIMENTO DAS PEÇAS E DO REEMBOLSO

A CONTRATADA deverá fornecer peças para os equipamentos e sistemas *broadcast* da TV SENADO, que se dará conforme o disposto nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA, quando necessário, substituir peças ou *firmwares*, fará com peças ou *firmwares* pelo SENADO.

I – Caso seja detectada a necessidade de substituição de alguma peça ou *firmware* não disponível no SENADO, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação do CONTRATANTE um laudo técnico atestando o defeito, suas prováveis causas e as peças ou firmwares a serem adquiridos visando a eventual substituição ou atualização do equipamento.

II - Caso haja revendedor autorizado pelo fabricante da peça/*firmware* capaz de emitir nota fiscal no Brasil, a CONTRATADA deverá apresentar sua proposta de preços para o fornecimento da peça/*firmware*.

a) O SENADO fará pesquisa de preços com empresas do ramo no intuito de reunir pelo menos 3 (três) cotações para a entrega da peça/*firmware* no SENADO.

a.1) Se o orçamento for aprovado pelo fiscal do contrato e a ordem de serviço for emitida pelo gestor do contrato, para fins de pagamento à CONTRATADA, será utilizado o menor preço encontrado entre a nota fiscal emitida pela CONTRATADA e a pesquisa de preços realizada em real, mesmo que inferior ao apresentado em nota fiscal.





SENADO FEDERAL

a.2) Caso não sejam obtidas outras cotações, o pagamento à CONTRATADA será realizado a preço de custo, mediante apresentação de documentação que comprove os custos: nota fiscal da compra da peça e comprovantes dos custos indiretos (transporte, seguro e impostos).

III - Caso não haja revendedor autorizado pelo fabricante da peça/*firmware* capaz de emitir nota fiscal no Brasil, a CONTRATADA deverá apresentar orçamento fornecido pelo fabricante da peça, em dólar, e estimativa do valor em real que constará na Declaração de Importação (DI)¹, caso seja realizada a importação.

a) Se o orçamento for aprovado pelo fiscal do contrato e a ordem de serviço for emitida pelo gestor do contrato, o SENADO pagará a soma das seguintes parcelas:

a.1) Valor em real, discriminado no documento “Declaração de Importação”, referente ao pagamento do custo da peça (item 06);

a.2) Valor adjudicado na licitação para o item 07, referente aos custos fixos da importação;

a.3) Valor adjudicado na licitação para o item 08 multiplicado pela razão entre o valor da DI e o valor de R\$ 500.000,00 reais estabelecido para o item 06, referente aos demais custos indiretos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O orçamento de peças/*firmwares* e a estimativa do valor que constará na DI devem ser entregues por e-mail, ou outro meio com comprovação de entrega, no prazo de 3 (três) dias úteis após a solicitação do gestor.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá entregar as peças/*firmwares* nos seguintes prazos contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo gestor:

I – Peças procedentes da Praça de Brasília: 5 (cinco) dias corridos.

II – Peças procedentes de praças nacionais fora de Brasília: 10 (dez) dias corridos.

III - Peças de procedência internacional: 60 (sessenta) dias corridos.

IV - Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

a) Apenas se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no SENADO.

b) Serão descontados do prazo contratual de execução os atrasos eventualmente ocasionados por responsabilidade do SENADO.

¹ Declaração de Importação (DI) é um documento que apresenta o valor da mercadoria em real após o processo de internalização junto à Receita Federal do Brasil. O valor constante da DI contempla a conversão cambial, os custos com frete e seguro até o porto do Brasil e os custos com impostos federais (IPI, PIS, COFINS).





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – As peças fornecidas deverão ser novas, originais ou similares que garantam o pleno funcionamento dos equipamentos.

PARÁGRAFO QUINTO – As peças substituídas deverão ser entregues ao órgão fiscalizador.

PARÁGRAFO SEXTO - As peças fornecidas pela CONTRATADA deverão possuir prazo de garantia de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de entrega.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

A CONTRATADA deverá prestar os serviços, de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a glosas pelo descumprimento do Acordo de Níveis de Serviços (ANS).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A qualidade do serviço prestado será avaliada de acordo com o previsto nesta cláusula, sujeitando a CONTRATADA a glosas incidentes sobre o valor contratual mensal vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os pagamentos serão ajustados conforme a fórmula:

$$VMA = FC \times VM$$

Onde:

VMA = Valor Mensal Ajustado (valor a ser efetivamente pago).

VM = Valor Mensal definido em Contrato.

FC = Fator de correção. Corresponde à soma dos percentuais de desconto, limitado a 10% do valor mensal.

01 – Atendimento de ordens de serviço classificadas como urgentes	
Finalidade	Atender o mais breve possível às necessidades urgentes da TV Senado.
Classificação de urgência	Serão classificadas como de urgência, as ordens de serviço relacionadas a problemas que prejudiquem a geração de sinal, a captação das Sessões do Senado Federal, as entrevistas em estúdio, a transmissão de sinal e outras que comprometam trabalhos realizados ao vivo. Fatores como a natureza e o prejuízo do problema serão levados em consideração pelo fiscal na classificação do chamado.
Prazo de atendimento	30 (trinta) minutos.





SENADO FEDERAL

Forma de medição	Será registrado em Ordem de Serviço o prazo do atendimento. A contagem do tempo de atendimento inicia-se com a comunicação pelo fiscal do contrato do nível de urgência do chamado e encerra-se quando o problema é considerado solucionado pela Equipe Técnica da TV Senado.
Mecanismo de cálculo	Apuração da quantidade de ordens de serviço classificadas como urgentes cujo tempo de atendimento foi extrapolado.
Desconto	2% de uma a duas ocorrências; 4% de três a quatro ocorrências; 6% de cinco a seis ocorrências; 8% de sete a oito ocorrências; 10% acima de oito ocorrências.

02 – Antiguidade das Ordens de Serviço pendentes

Finalidade	Evitar ordens de serviço pendentes de solução.
Forma de acompanhamento	Até o quinto dia útil do mês subsequente, será analisada a antiguidade das ordens de serviço que ainda estiverem abertas. Será determinada a quantidade de ordens de serviço com data de abertura há mais de um, dois, três e quatro meses.
Desconto	0,1% de glosa por ordem de serviço aberta com prazo entre 1 e 2 meses; 0,2% de glosa por ordem de serviço aberta com prazo entre 2 e 3 meses; 0,3% de glosa por ordem de serviço aberta com prazo entre 3 e 4 meses; 1% de glosa por ordem de serviço aberta há mais de 4 meses.

03 – Registro das atividades em Ordens de Serviços.

Finalidade	Registrar com clareza e detalhes os problemas detectados e procedimentos realizados. Proporcionar comunicação entre os profissionais. Possibilitar que futuras consultas aos registros sejam úteis na solução de problemas semelhantes.
Forma de acompanhamento	O fiscal poderá solicitar maiores esclarecimentos e detalhes em relação aos acompanhamentos realizados em ordens de serviço; A contratada poderá complementar as informações; Ao fim do mês, será determinada a quantidade de acompanhamentos considerados insatisfatórios sem complementação.





SENADO FEDERAL

Mecanismo de cálculo	Quantidade de registros considerados insatisfatórios sem complementação.
Desconto	0% até duas ocorrências; 1% de três a cinco ocorrências; 2% de seis a sete ocorrências; 3% acima de sete ocorrências;

04 – Qualidade de atendimento aos usuários

Finalidade	Atender os usuários dos equipamentos com presteza, educação, respeito e cordialidade.
Instrumento de medição	Pesquisa de satisfação dos usuários que necessitaram de suporte técnico.
Forma de acompanhamento	Poderão ser enviados formulários de pesquisa de satisfação aos usuários que solicitaram suporte técnico, por amostragem, contendo: Número da ordem de serviço (se aberta): Questionário: 1. De forma geral, com relação à presteza, educação, respeito e cordialidade, como você classificaria o suporte técnico? a. Ótimo b. Bom c. Regular d. Ruim
Mecanismo de cálculo	Média da pontuação obtida considerando as respostas de todas as avaliações do período. Sendo que, as respostas serão pontuadas da seguinte forma: a. Ótimo (4 pontos) b. Bom (3 pontos) c. Regular (2 pontos) d. Ruim (1 ponto) e. Péssimo (0 ponto)
Desconto	0% de desconto se média ≥ 3 1% de desconto se $2,5 \leq \text{média} < 3$; 1,5 % de desconto se $2 \leq \text{média} < 2,5$; 2% de desconto se $1 \leq \text{média} < 2$; 3% de desconto se $0 \leq \text{média} < 1$;

05 – Indisponibilidade de Ferramentas

Finalidade	Evitar indisponibilidade de ferramentas previstas no edital.
Forma de acompanhamento	Para cada ferramenta que se constatar ausência ou indisponibilidade, será aplicado desconto, de acordo com o tempo da ausência da ferramenta.





SENADO FEDERAL

Mecanismo de cálculo	Tempo de indisponibilidade da ferramenta em dias.
Desconto por ferramenta indisponível	0,5% para indisponibilidade de até dois dias; 1 % para indisponibilidade de três a quatro dias; 1,5% para indisponibilidade cinco a seis dias; 2% para indisponibilidade acima de sete dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITO EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO- DGBM

O SENADO fará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, de 1/3 constitucional das férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia (FGTS), contribuição social e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As verbas mencionadas no *caput* desta cláusula serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A última fatura apresentada pela CONTRATADA será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os depósitos de que trata o *caput* serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO QUARTO – As quantias que serão retidas para o atendimento desta cláusula serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à CONTRATADA após a comprovação dos respectivos pagamentos.

PARÁGRAFO SEXTO - Os valores provisionados na forma do *caput* desta Cláusula serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;





SENADO FEDERAL

III - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e

IV - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das demais verbas descritas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A hipótese prevista no inciso IV do Parágrafo Sexto desta cláusula não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa e com o mesmo objeto.

PARÁGRAFO OITAVO – Ocorrendo a situação prevista no Parágrafo Sétimo desta cláusula, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração. O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

PARÁGRAFO NONO – Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III do Parágrafo Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no *caput* desta cláusula, em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para o pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo SENADO, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I - A CONTRATADA será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para a quitação das referidas verbas.

II – Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da CONTRATADA, o SENADO não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à CONTRATADA efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do Parágrafo Décimo Segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O prazo previsto no Parágrafo Décimo desta cláusula não exime a CONTRATADA da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na hipótese de inobservância do prazo previsto no Parágrafo Décimo, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a CONTRATADA quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao SENADO.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os valores provisionados serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores depositados em garantia serão remunerados nos termos do acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - No caso de haver cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o o preço global estimado para o período de 30 (trinta) meses consecutivos de **R\$ 3.490.080,76** (três milhões, quatrocentos e noventa mil, oitenta reais e setenta e seis centavos), conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº 00100.163193/2019-07, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho; não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incompleta.

TABELA 1 – RESUMO DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA						
ITEM	CATEGORIAS	QTDE	<i>Custo Unitário</i>	<i>Custo Mensal</i>	<i>Custo Anual</i>	<i>Custo para 30 meses</i>
1	Técnico de manutenção de sistemas de audiovisuais	4	R\$ 16.397,87	R\$ 65.591,48	R\$ 787.097,76	R\$ 1.967.744,40
2	Supervisor Técnico	1	R\$ 19.168,25	R\$ 19.168,25	R\$ 230.019,00	R\$ 575.047,50
TOTAL MENSAL						R\$ 84.759,73
TOTAL ANUAL (12 meses)						R\$ 1.017.116,76
TOTAL GLOBAL PARA 30 MESES						R\$ 2.542.791,90

TABELA 2 - RESUMO DOS CUSTOS COM MATERIAIS				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	<i>Custo Mensal</i>	<i>Custo Anual</i>
3	Materiais, conforme Anexo 12 do edital	1	R\$ 8.776,80	R\$ 105.321,60
TOTAL MENSAL				R\$ 8.776,80





SENADO FEDERAL

TOTAL GLOBAL PARA 30 MESES				R\$263.303,99
TABELA 3 - RESUMO DOS CUSTOS COM DEPRECIAÇÃO FERRAMENTAL				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Custo Mensal	Custo Anual
4	Depreciação ferramental, conforme Anexo 13 do edital	1	R\$ 302,24	R\$ 3.626,88
TOTAL GLOBAL PARA 30 MESES				R\$ 9.067,21

TABELA 4 - RESUMO DOS CUSTOS COM PEÇAS NACIONAIS (SOB DEMANDA)				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Valor Global para 30 meses	
5	Peças nacionais – sob demanda	1	R\$ 100.000,00	
TOTAL GLOBAL PARA 30 MESES				R\$ 100.000,00

TABELA 5 - RESUMO DOS CUSTOS COM PEÇAS IMPORTADAS (SOB DEMANDA)				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Valor Global para 30 meses	
6	Peças importadas – sob demanda	1	R\$ 500.000,00	
TOTAL GLOBAL PARA 30 MESES				R\$ 500.000,00

TABELA 6 - RESUMO DOS CUSTOS COM SERVIÇO DE DESEMBARAÇO PARA PEÇAS IMPORTADAS (SOB DEMANDA)				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Valor Global para 30 meses	
7	Serviço de desembaraço para peças importadas – sob demanda	6	R\$ 70.839,90	
TOTAL GLOBAL PARA 30 MESES				R\$ 70.839,90

TABELA 7 - RESUMO DOS CUSTOS COM SERVIÇOS DE ENTREGA DE PEÇAS IMPORTADAS (SOB DEMANDA)				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Valor Global para 30 meses	
8	Serviço de entrega de peças importadas – sob demanda	1	R\$ 4.077,76	
TOTAL GLOBAL PARA 30 MESES				R\$ 4.077,76

RESUMO GERAL DOS CUSTOS POR ITEM (ITENS 1 a 8) – COM DESONERAÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO	Custo Mensal (R\$)	Custo Anual (R\$)	Custo para 30 meses (R\$)
1 e 2	Equipe de Dedicção Exclusiva	R\$ 84.759,73	R\$ 1.017.116,76	R\$ 2.542.791,90
3	Materiais – sob demanda	R\$ 8.776,80	R\$ 105.321,60	R\$ 263.303,99
4	Depreciação Ferramental	R\$ 302,24	R\$ 3.626,88	R\$ 9.067,21
5	Peça Nacional – sob demanda ¹			R\$ 100.000,00
6	Peça Importada – sob demanda ¹			R\$ 500.000,00
7	Serviço de Desembaraço para Peças Importadas – sob demanda			R\$ 70.839,90





SENADO FEDERAL

8	Serviços de Entrega de Peças Importadas – sob demanda			R\$ 4.077,76
TOTAL DA CONTRATAÇÃO PARA 30 MESES		R\$3.490.080,76		

I – O pagamento referente aos Itens 1 e 2 (*Equipe de Dedicação Exclusiva*) será fixo e efetuado mensalmente.

II - O pagamento referente ao Item 3 (*Materiais – sob demanda*) será efetuado apenas quando efetivamente utilizado.

III – O pagamento correspondente ao Item 4 (*Depreciação Ferramental*) será efetuado mensalmente, Anexo 13 do edital.

IV – O pagamento referente ao Item 5 (*Peça Nacional – sob demanda*) será variável e efetuado de acordo com a efetiva utilização, nos termos constantes do Inciso II, do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta deste contrato, e ainda, conforme o limite máximo de gasto previsto para o respectivo item no Anexo 1 do edital.

V – O pagamento correspondente ao Item 6 (*Peça Importada – sob demanda*) será variável e efetuado de acordo com a efetiva utilização, nos termos constantes do Inciso III, do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta deste contrato, e ainda, conforme o limite máximo de gasto previsto para o respectivo item no Anexo 1 do edital.

VI – O pagamento referente ao Item 7 (*Serviço de desembaraço para peças importadas – sob demanda*) será efetuado para cada importação realizada, limitado à quantidade máxima de importações prevista no Anexo 1 do edital.

VII – O pagamento referente ao Item 8 (*Serviços de entrega de peças importadas – sob demanda*) será efetuado para cada importação realizada, que corresponderá ao valor constante da proposta da CONTRATADA multiplicado pela razão entre o valor da DI e o valor de R\$ 500.000,00, estabelecido para o Item 6. Para fins de exemplificar o cálculo a ser realizado para esse item, segue um exemplo hipotético:

Exemplo:

- Valor apurado na DI = R\$ 150.000,00
- Valor máximo estabelecido para o item 06 = R\$ 500.000,00
- Razão = $150.000,00 / 500.000,00 = 0,3$
- Valor cotado para o item 08 = R\$ 20.000,00
- Valor a ser pago para o item 08 = $20.000 \times 0,3 = \text{R\$ } 6.000,00$
- Valor a ser pago para o item 06 = valor apurado na DI = R\$ 150.000,00.

VIII – Os pagamentos poderão sofrer ajustes de acordo com o disposto na Cláusula Sexta.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de documento fiscal em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XVII da Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo gestor, mediante o recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O primeiro documento fiscal a ser apresentado terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

PARÁGRAFO QUARTO - Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do Parágrafo Sexto e à apresentação de:

I - prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, quando for o caso deste pagamento pela CONTRATADA, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;

II - Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

III -espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

IV - comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;

V - tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;

VI - planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;





SENADO FEDERAL

VII - planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário; e

VIII - apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Segunda do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Os valores provisionados em DGBM, previstos na Cláusula Sétima, serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* da Cláusula Sétima.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação do gestor do contrato ou, nos casos em que se enquadrem no § 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de comissão designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Eventual(is) irregularidade(s) constatada(s) na apresentação dos documentos elencados nos incisos do Parágrafo Quarto ensejará(ão) a suspensão do pagamento até que haja a regularização da pendência por parte da CONTRATADA pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

PARÁGRAFO OITAVO – A falta de qualquer empregado, sem a reposição prevista no inciso XIII da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista na Cláusula Décima Quarta.

PARÁGRAFO NONO – No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal mencionado no *caput* do Parágrafo Quarto, o prazo para pagamento poderá ser suspenso até que haja reparação do vício.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Quarto e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:





SENADO FEDERAL

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

A repactuação deste contrato é permitida para os valores provenientes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho exclusivamente para os itens de custos de mão de obra, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir admitindo-se como termo inicial a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os itens correspondentes a despesas operacionais administrativas (custos indiretos), lucro, insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, constantes da Planilha de Preços de Mão de Obra do Anexo 9, serão reajustados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, não incidindo sobre tais itens quaisquer variações decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivos de trabalho.

I – Quando a remuneração dos itens despesas operacionais administrativas (custos indiretos) e lucro for estipulada através de índice percentual, estes terão seus percentuais da proposta original conservados, nos casos de aditamentos provenientes dos institutos do ‘fato da administração’ e do ‘fato do príncipe’, com o intuito de preservar a proporcionalidade e a condição efetiva da proposta inicial da contratada.

II – Os itens referentes à depreciação de ferramentas/equipamentos ou materiais de consumo, quando forem itens independentes na licitação, também serão reajustados na forma do *caput* do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O primeiro reajuste dos itens mencionados no parágrafo anterior levará em conta a seguinte metodologia para fins de cálculo da variação do índice pactuado.

I – Se ocorrer intervalo menor de 60 dias entre a data da apresentação da proposta e a efetiva assinatura do contrato, o período será apurado entre a data da proposta e o primeiro ano de vigência do contrato. Caso contrário (proposta vencida), a data inicial será a da assinatura do contrato.





SENADO FEDERAL

a - com a assinatura do contrato nos dias 1º (com a proposta vencida), a apuração será do mês da assinatura do contrato até o mês subsequente ao da 1ª vigência contratual.

II – Os demais reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

PARÁGRAFO QUARTO – A repactuação será precedida de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos a mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

PARÁGRAFO QUINTO - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO SEXTO - Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Desde que acordada entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

PARÁGRAFO OITAVO – O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação se inicia a partir da homologação do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da prorrogação contratual subsequente, ou caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de preclusão do direito.

I – Caso não ocorra a homologação do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT ou da Convenção Coletiva de Trabalho – CCT perante o órgão competente durante a vigência do contrato, o SENADO concederá prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data da homologação do instrumento coletivo, para que a CONTRATADA solicite a repactuação de preços do exercício, sob pena de preclusão deste direito.

PARÁGRAFO NONO - A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Acerto Final de Contas, se extinto o contrato.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO – O arredondamento de valores e preços deste contrato rege-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010.

I – para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais;

II – quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na alínea I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01131055125495664 e Naturezas de Despesas 339037, 339030 e 339039, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho nºs 2019NE002097, 2019NE801230, 2019NE801226, 2019NE801227, 2019NE801228 e 2019NE002101, datadas de 26 de novembro de 2019.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de **R\$ 87.252,02** (oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e dois reais e dois centavos), correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco décimos por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia; ou





SENADO FEDERAL

III - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Gestor do contrato, em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da via assinada do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Quarto da Cláusula Oitava.

I - A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

II - Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos causados ao SENADO e/ou a terceiros decorrentes de responsabilidade civil da CONTRATADA durante a execução do contrato;





SENADO FEDERAL

IV – obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA;

V – prejuízos decorrentes de acidentes de trabalho oriundos da execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – A garantia apresentada será avaliada pelo SENADO, não se admitindo qualquer restrição ou condicionante à sua plena execução, sobretudo se apresentada em alguma das formas previstas nos incisos II e III do caput desta cláusula, garantia que será rejeitada se houver exclusão ou omissão de quaisquer das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, nos termos do parágrafo anterior, ainda que emitidas segundo a normatização dos órgãos reguladores, não afastando o dever de a Administração avaliá-la segundo o regime jurídico a que se submete o contrato administrativo.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II - O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I - As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.



**SENADO FEDERAL****CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral ou Diretor-Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008, e nos Atos da Diretoria-Geral nº 20/2015 e 27/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

I - apresentar documentação falsa;

II – fraudar a execução do contrato;

III – comportar-se de modo inidôneo;

IV – fazer declaração falsa;

V – cometer fraude fiscal.



**SENADO FEDERAL**

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades ali previstas.

PARÁGRAFO QUARTO - Decorrido o prazo previsto para o início da execução deste contrato, sem a prestação dos serviços, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta cláusula, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Sexto.

PARÁGRAFO QUINTO – Iniciada a execução do objeto, o atraso injustificado na execução de alguma parcela, ou sua execução de forma insatisfatória, excluídas as infrações detalhadas constantes no Parágrafo Nono, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEXTO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Quarto, inciso II, da Cláusula Oitava, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Sexto.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Quarto, Quinto e Sexto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO OITAVO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Segunda sujeitará a CONTRATADA à multa de até 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor global do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO NONO - Pelo descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, a CONTRATADA ficará sujeita à multa, em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.





SENADO FEDERAL

GRAU 1	
De 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
1	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios, por ocorrência.
2	Deixar de manter seus empregados identificados, vestidos e calçados adequadamente, por empregado e por ocorrência.
3	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado e por dia.
4	Deixar de apresentar cópia autenticada das alterações contratuais, quando realizadas, por ocorrência.
5	Veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, sem autorização expressa do SENADO, por ocorrência.
6	Deixar de manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação, por ocorrência.
7	Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM, no prazo previsto, por dia

GRAU 2	
De 0,3 (três décimos por cento) a 0,4% (quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
8	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, por dia.
9	Deixar de atender à convocação do gestor para prestação de serviços em horário e dia extraordinários, por ocorrência.
10	Deixar de comunicar ao gestor e de registrar no Livro de Ocorrências as anormalidades verificadas na execução dos serviços, por ocorrência.
11	Deixar de substituir o empregado por outro que atenda às mesmas qualificações com relação ao substituído, quando solicitado pelo gestor deste contrato, por ocorrência.
12	Manter profissional não qualificado em serviço, por ocorrência.

GRAU 3	
De 0,5 (cinco décimos por cento) a 0,8% (oito décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
13	Deixar de cumprir às exigências relativas às normas disciplinares e às orientações de segurança e de prevenção de incêndios, por ocorrência.
14	Deixar de fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, por ocorrência.
15	Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço especificado, por ocorrência.
16	Deixar de fornecer materiais solicitados, de acordo com o especificado no edital, por ocorrência.

GRAU 4	
De 0,9 (nove décimos por cento) a 1,6% (um vírgula seis décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO





SENADO FEDERAL

17	Deixar de manter equipe técnica, nas quantidades necessárias e adequadas ao cumprimento de todas as tarefas, obedecida a abrangência do serviço, inclusive a equipe técnica mínima estabelecida, por empregado e por dia.
18	Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias, por empregado.
19	Descontar do salário dos seus empregados o custo de uniforme e calçado, por empregado.
20	Atrasar ou deixar de efetuar, injustificadamente, a entrega de peças/firmwares de reposição/atualização, conforme prazos estipulados, a cada atraso de 10 (dez) dias.

GRAU 5	
De 1,7 (um vírgula sete décimos por cento) a 3,2% (três vírgula dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
21	Interromper a realização dos serviços, por dia de paralisação.
22	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato, por ocorrência.
23	Contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010.

GRAU 6	
Até 6,4% (três vírgula dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
24	Deixar de efetuar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por ocorrência e por dia.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reincidência de infrações do mesmo grau, previstas nos quadros do parágrafo anterior, fará incidir o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa aplicada.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Para os casos de infrações contratuais não previstas nos parágrafos anteriores, o SENADO aplicará multa, a ser fixada entre os graus 1 e 6, em razão da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Os percentuais previstos nesta cláusula, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato, ressalvadas as hipóteses especiais dos Parágrafos Segundo e Quarto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.



**SENADO FEDERAL**

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Quinta, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I** – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II** – a não reincidência da infração;
- III** – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V** – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no Parágrafo Décimo Sexto.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Ao final da vigência contratual e após quitadas todas as verbas trabalhistas e previdenciárias, incluindo as rescisórias, havendo saldo existente no DGBM, este poderá ser utilizado para pagamento das penalidades contratuais, observado o Parágrafo Décimo Nono.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Não ocorrendo quitação da multa, na forma dos Parágrafos Décimo Nono e Vigésimo, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

III – judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato **terá vigência por 30 (trinta) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá, em até 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do inciso XXIX da Cláusula Segunda e do Parágrafo Quarto da Cláusula Oitava.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2019.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

**MAXVIDEO COMERCIO E
SERVICOS**
LTDA:03517258000158

Assinado de forma digital por
MAXVIDEO COMERCIO E SERVICOS
LTDA:03517258000158
Dados: 2019.12.11 16:09:57 -03'00'

SANDRO APARECIDO VIRGOLINO
MAXVIDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Testemunhas:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC

U:\COPLAC\SECON\SECON2019\MINUTAS\CONTRATO\MAXVIDEO - CT NOVO 006124 2018 (LP).docx



Empresa MAXVIDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 03.517.258/0001-58
Data Proposta 05/11/2019

ITEM	POSTO DE TRABALHO	QTDE	PROPOSTA EMPRESA	
			PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL
1	Técnico de manutenção de televisão - 4 turnos (Seg à Sab: 7-13hrs; 10-	4	R\$ 16.397,87	R\$ 65.591,48
2	Supervisor técnico - Seg à Sex 8 horas diurnas - a partir das 7hrs	1	R\$ 19.168,25	R\$ 19.168,25
	TOTAL MENSAL	5		R\$ 84.759,73
	TOTAL ANUAL			R\$ 1.017.116,72
	TOTAL CONTRATO (30 MESES)			R\$ 2.542.791,90



Empresa **MAXVIDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
 CNPJ **03.517.258/0001-58**
 Data Proposta **05/11/2019**

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT	DF000162/2019 -SEAC-DF x SINRAD-DF, vigência até 31/12/2019.		
CATEGORIA	Técnico de manutenção de televisão - 4 turnos (Seg à Sab: 7-13hrs; 10-16hrs; 13-19hrs; 15:30-21:30hrs)		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		7.098,13
	Adicional Noturno		
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Horas Extras		114,55
	Adicional Noturno Sobre Horas Extras		
	Súmula 444 TST		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 7.212,68
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte		-
	Auxílio Alimentação		871,00
	Auxílio Funeral		3,00
	Auxílio Creche		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		874,00
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes		87,64
	Materiais e Insumos		
	Equipamentos de Proteção Individual (EPI)		15,30
	Comunicação (Telefone celular)		82,45
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		185,39
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00%	1.442,54
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50%	108,19
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00%	72,13
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20%	14,43
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50%	180,32
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00%	577,01
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (RAT 3% x FAP 1,0214)	1,00%	72,13
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60%	43,28
	arredondamento		
	TOTAL :	34,80%	2.510,03
4.2 13º SALARIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33%	601,06
	Subtotal	8,33%	
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,90%	209,17
	arredondamento		
	TOTAL :	11,23%	810,23
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,0208%	1,50
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,0073%	0,52
	arredondamento		
	TOTAL :	0,03%	2,03
4.4. PROVISAO P/ RESCISAO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,42%	30,29
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	2,42
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,85%	133,22
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,64%	46,36
	Multa do FGTS e da Contribuição Social dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	4,78%	344,77
	arredondamento		
	TOTAL :	7,72%	557,06
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33%	601,06
	Adicional de Férias	2,78%	200,35
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,66%	119,41
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02%	1,50
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,28%	20,04
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03%	2,34
	Outros	0,00%	-
	Subtotal	13,10%	944,70
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,56%	328,76
	arredondamento		
	TOTAL :	17,66%	1.273,46
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	34,8000%	2.510,03
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,2300%	810,23
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0281%	2,03
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	7,7234%	557,06
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	17,6558%	1.273,46
	TOTAL :	71,4372%	5.152,81
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 13.424,88
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	6,40%	858,95
B	LUCRO	4,87%	695,62
C	TRIBUTOS	8,65%	1.418,42
B.1	PIS	3,00%	491,94
B.2	COFINS	0,65%	106,59
B.3	Tributos Municipais ISS	5,00%	819,89
B.4	CPRB(Contribuição Previdenciaria sobre Receita Bruta) - Lei 12.844 de 2013, Art. 7º inciso IV, alterada pela Lei 13.161 de 2015 Art. 7º-A.	0,00%	-



	Subtotal		
C			
	VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)	15,05%	2.972,99
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	16.397,87

	%	DGBM PROPOSTA	
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$	801,41
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$	601,06
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,77%	R\$	488,06
Multa do FGTS e Contribuição Social (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	4,78%	R\$	344,77
Subtotal DGBM		R\$	2.235,30
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	6,40%	R\$	143,02
Lucro (módulo 5)	4,87%	R\$	115,82
TOTAL DGBM		R\$	2.494,14



Empresa **MAXVIDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
 CNPJ **03.517.258/0001-58**
 Data Proposta **05/11/2019**

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT	DF000162/2019 -SEAC-DF x SINRAD-DF, vigência até 31/12/2019.		
CATEGORIA	Supervisor técnico - Seg à Sex 8 horas diurnas - a partir das 7hrs		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		8.612,94
	Adicional Noturno		
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Horas Extras		
	Adicional Noturno Sobre Horas Extras		
	Súmula 444 TST		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 8.612,94
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte		-
	Auxílio Alimentação		737,00
	Auxílio Funeral		3,00
	Auxílio Creche		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		740,00
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes		87,64
	Materiais e Insumos		
	Equipamentos de Proteção Individual (EPI)		15,30
	Comunicação (Telefone celular)		82,45
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		185,39
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00%	1.722,59
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50%	129,19
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00%	86,13
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20%	17,23
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50%	215,32
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00%	689,04
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (RAT 3% x FAP 1,0214)	1,00%	86,13
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60%	51,68
	arredondamento		
	TOTAL :	34,80%	2.997,31
4.2 13º SALARIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33%	717,75
	Subtotal	8,33%	
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,90%	249,78
	arredondamento		
	TOTAL :	11,23%	967,53
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,0208%	1,79
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,0073%	0,62
	arredondamento		
	TOTAL :	0,03%	2,42
4.4. PROVISAO P/ RESCISAO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,42%	36,17
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	2,89
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,85%	159,08
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,64%	55,36
	Multa do FGTS e da Contribuição Social dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	4,78%	411,70
	arredondamento		
	TOTAL :	7,72%	665,20
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33%	717,75
	Adicional de Férias	2,78%	239,25
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,66%	142,59
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,02%	1,79
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,28%	23,92
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,03%	2,80
	Outros	0,00%	-
	Subtotal	13,10%	1.128,10
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	4,56%	392,58
	arredondamento		
	TOTAL :	17,66%	1.520,68
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	34,8000%	2.997,31
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,2300%	967,53
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0281%	2,42
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	7,7234%	665,20
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	17,6558%	1.520,68
	TOTAL :	71,4372%	6.153,14
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 15.691,47
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	6,42%	1.007,18
B	LUCRO	4,86%	811,55
C	TRIBUTOS	8,65%	1.658,05
B.1	PIS	3,00%	575,05
B.2	COFINS	0,65%	124,59
B.3	Tributos Municipais ISS	5,00%	958,41
B.4	CPRB(Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta) - Lei 12.844 de 2013, Art. 7º inciso IV, alterada pela Lei 13.161 de 2015 Art. 7º-A.	0,00%	-



	Subtotal		
C			
	VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)	15,07%	3.476,78
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	19.168,25

	%	DGBM PROPOSTA	
Férias (submódulo 4.5) + terço constitucional de férias (submódulo 4.5)	11,11%	R\$	956,99
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$	717,75
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	6,77%	R\$	582,81
Multa do FGTS e Contribuição Social (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	4,78%	R\$	411,70
Subtotal DGBM		R\$	2.669,25
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	6,42%	R\$	171,33
Lucro (módulo 5)	4,86%	R\$	138,05
TOTAL DGBM		R\$	2.978,63



Empresa MAXVIDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 03.517.258/0001-58
Data Proposta 05/11/2019

RESUMO GERAL - DGBM				
VALORES A SEREM PROVISIONADOS - Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM				
ITEM	POSTO DE TRABALHO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL
1	Técnico de manutenção de televisão - 4 turnos (Seg à Sab: 7-13hrs; 10-	4	R\$ 2.494,14	R\$ 9.976,56
2	Supervisor técnico - Seg à Sex 8 horas diurnas - a partir das 7hrs	1	R\$ 2.978,63	R\$ 2.978,63
	TOTAL MENSAL	5		R\$ 12.955,19
	TOTAL ANUAL			R\$ 155.462,28



Empresa MAXVIDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 03.517.258/0001-58
Data Proposta 05/11/2019

RESUMO DGBM

Item	CATEGORIAS	QTDE ATUAL	Férias (4.5) + 1/3 (adicional) (4.5)	13º salário (4.2)	Incidência do 4.1.(Mod. 4) sob (férias + 13º + 1/3)	Multa do FGTS e da Contribuição Social (4.4)	Taxa Adm. (Mod. 5)	Lucro (Mod. 5)	VALOR UNITÁRIO
1	Técnico de manutenção de televisão - 4 turnos (Seg à Sab: 7-13hrs; 10-16hrs; 13-19hrs; 15:30-21:30hrs)	4	R\$ 801,41	R\$ 601,06	R\$ 488,06	R\$ 344,77	R\$ 143,02	R\$ 115,82	R\$ 2.494,14
2	Supervisor técnico - Seg à Sex 8 horas diurnas - a partir das 7hrs	1	R\$ 956,99	R\$ 717,75	R\$ 582,81	R\$ 411,70	R\$ 171,33	R\$ 138,05	R\$ 2.978,63
	TOTAL MENSAL	5	R\$ 4.162,63	R\$ 3.121,99	R\$ 2.535,05	R\$ 1.379,08	R\$ 743,41	R\$ 601,33	R\$ 12.955,19
	TOTAL ANUAL		R\$ 49.951,55	R\$ 37.463,88	R\$ 30.420,60	R\$ 16.548,96	R\$ 8.920,92	R\$ 7.215,96	R\$ 155.462,28





O documento foi assinado por:

Nathália Villela Ventura Guimarães Ferreira	30/12/2019 13:48:48	
MARCOS ANDRE BEZERRA MESQUITA	30/12/2019 14:26:08	
Wanderley Rabelo da Silva	30/12/2019 15:40:10	

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em Detalhes.